

Divisão já era esperada

O "racha" entre representantes do movimento cultural e comunitário ocorrido sábado no Centro de Educação para o Trabalho (CET), onde se realizava o Seminário de Cultura de Ceilândia, já era esperado. Mas após três horas de impasse o secretário de Cultura, Márcio Cotrim, acabou por decidir algo que não era tão esperado: remeter a definição de critérios que vão reger a eleição do representante da cidade na Secretaria para o Conselho de Cultura.

O secretário justificou a decisão argumentando que não havia como resolver o impasse no clima de acusações em que havia se transformado o seminário. "Não há órgão mais neutro que o Conselho de Cultura para decidir a questão", disse. "Vamos garantir que a eleição do representante aconteça legitimamente", disse Cotrim.

O administrador regional Paulo Alceu — que já havia se exaltado e após a troca de acusações e a insistência em se discutir o regimento retirara o microfone da plenária — recebeu a

decisão do secretário de forma negativa se retirando do local em seguida. "Se era para fazer dessa forma não precisaríamos ter vindo aqui. Queremos que os projetos não atinjam somente uma classe elitizada e que os trabalhos sejam levados em conjunto, pela comunidade e pelo movimento cultural".

Para Chico Morbeck, um dos coordenadores do Projeto Mandacaru, a decisão permitirá a continuidade do processo e foi vista de forma positiva. Já Carlos Humberto, da prefeitura da QMN, entende que não haverá mais como conciliar a participação dos dois segmentos. "Acho que a decisão foi errada, o regimento elaborado com a participação dos movimentos cultural e comunitário deveria ter sido respeitado", disse.

O impasse todo girou principalmente em torno dos critérios para formação do colégio eleitoral que, conforme o regimento interno, exigia dos integrantes do movimento cultural a apresentação de comprovantes de atuação e dos integrantes das associações comunitárias apenas uma indicação da diretoria. A plenária, formada basicamente por pessoas do movimento cultural, queria aprovar ou não o regimento interno, proposta com a qual Carlos Humberto não concordou.